

**INVESTIMENTOS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER) NO BRASIL (2014-2022): LIMITES E POSSIBILIDADES[[1]](#footnote-1)**

Eliana Andrade da Silva[[2]](#footnote-2)

Lázaro Samuel Veras Bandeira; Maria Gizeli Herculano da Silva[[3]](#footnote-3)

GT 9**: POLÍTICAS PÚBLICAS, SEGURANÇA ALIMENTAR E COMBATE À FOME**

**RESUMO**

Este artigo tem como objetivo investigar os investimentos na Política de Assistência Técnica e Extensão Rural (entre 2014-2022), compreendendo os impactos do ajuste fiscal e do “giro ultraneoliberal” no Brasil recente. A metodologia utilizada refere-se à pesquisa social quali-quantitativa, recorrendo ao estudo bibliográfico e análise documental - principalmente nos Planos Plurianuais (PPA); relatórios de planejamento e de gestão; e bases de dados orçamentários. Apontamos que o período estudado é marcado por oscilações, contradições e desmontes das políticas de ATER, principalmente a partir das medidas de austeridade fiscal, concorrendo para uma descaracterização dessa política. Entretanto, algumas possibilidades ganham destaque para contrarrestar esse cenário: o fortalecimento regional (e estadual) da ATER, através do Consórcio Nordeste, sua articulação com políticas de segurança alimentar, bem como a recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Apesar dos avanços, faz-se necessária a mobilização permanente dos atores envolvidos com ATER como estratégia de manutenção e fortalecimento.

Palavras-chave: investimentos, Políticas Públicas, Extensão Rural.

INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva investigar os investimentos na Política de Assistência Técnica e Extensão Rural (entre 2014-2022), apontando seus limites e possibilidades[[4]](#footnote-4). Dessa forma, o estudo da política de Assistência e Extensão Rural (ATER) se insere no cenário dos conflitos políticos em torno da realização da Reforma Agrária, do fortalecimento da agricultura familiar e da segurança alimentar em contraste com a hegemonia do Agronegócio no Brasil nos dias de hoje.

Esta relação, por natureza contraditória, se acirra em face das determinações da crise mundial, que gera impasses econômicos nos investimentos brasileiros destinados a políticas sociais rurais. O período pós 2008 é marcado pela crise econômica do setor imobiliário americano, a qual atinge a economia global, com especial destaque para países de capitalismo dependente como o Brasil, que aciona medidas anticíclicas objetivando superar a crise instalada. Entretanto, este quadro se agrava a partir de 2014, tendo em vista o aguçamento da crise mundial, aliado à crise das *commodities* e o agravamento do fenômeno da seca, resultando na diminuição dos investimentos nas políticas sociais.

Nesse cenário de crises é possível observar a tendência de inversão do ciclo de investimentos nas políticas sociais que vigorou entre o período de 2003-2016. O panorama em questão favorece que distintos setores da burguesia brasileira iniciem uma ofensiva na perspectiva de implementação de reformas, de ajustes na economia e da implementação de medidas de austeridade fiscal. Nesse sentido, no âmbito governamental ocorre um “giro ultraneoliberal” entre os anos de 2015 e 2016 que será emblemático do acirramento das disputas em torno do papel do Estado brasileiro, resultando em óbices para as políticas rurais. É diante destas determinações que ocorrem modificações na política de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), atingindo as classes subalternas na cidade e no campo. Sob este panorama a ATER vem passando por desmontes, fragilização e reconfiguração nos últimos anos (Leite et al, 2023) conforme veremos a seguir. Nesse sentido, para efeito de exposição este documento está estruturado nas seguintes seções: a) investimentos na política de ATER; b) ATER no RN: limites e possibilidades; e c) considerações finais.

OS INVESTIMENTOSNA POLÍTICA DE ATER

Neste item trataremos dos investimentos nas ações de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, a partir da implementação das medidas de ajuste fiscal no Brasil no período 2014-2022, visando evidenciar como estes impactos se expressam em termos orçamentários e na oferta deste serviço. Para efeito de análise a Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER se insere no campo das políticas de Desenvolvimento Rural e possui interface com a agricultura familiar.

Muito tem sido produzido sobre a política de ATER no Brasil recente. Segundo Diesel et al. (2022) a trajetória da ATER é complexa e marcada por contradições, descontinuidades, desmantelamentos e reformulações. Assim, o reconhecimento da ATER como política pública é dado recente, quando a partir de 2004, é criada a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater). Trata-se de uma política transversal para a Reforma Agrária e o Desenvolvimento Rural brasileiro, pois possibilita o acompanhamento técnico, produtivo e organizativo para assentados de reforma agrária, mulheres e jovens rurais, bem como quilombolas. Apesar da relevância, a ATER é regulamentada por lei apenas em 2010 como serviço público com dotação orçamentária própria, sob a competência do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (incluída no Plano Plurianual em 2011).

Segundo o relatório de Gestão (2016) a ATER se expande e consolida entre 2012-2015 ampliando gradativamente os recursos financeiros (a partir de 2002, quando foi de R$56 milhões, o orçamento de ATER cresceu 16 vezes), pelo número de agricultores beneficiados. Destaca-se no período a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – Anater, órgão responsável pela coordenação do serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural.

No que se refere ao período posterior em análise - 2016-2022 - novas determinações se observam na cena política nacional, repercutindo na política de ATER, demarcando uma nova fase para este serviço[[5]](#footnote-5). Assim, a análise requer demarcar três períodos: a) início do governo Dilma Rousseff até o impeachment (2015-2016); b) governo provisório de Michel Temer entre 2016-2018 e c) Jair Messias Bolsonaro (2019-2022).

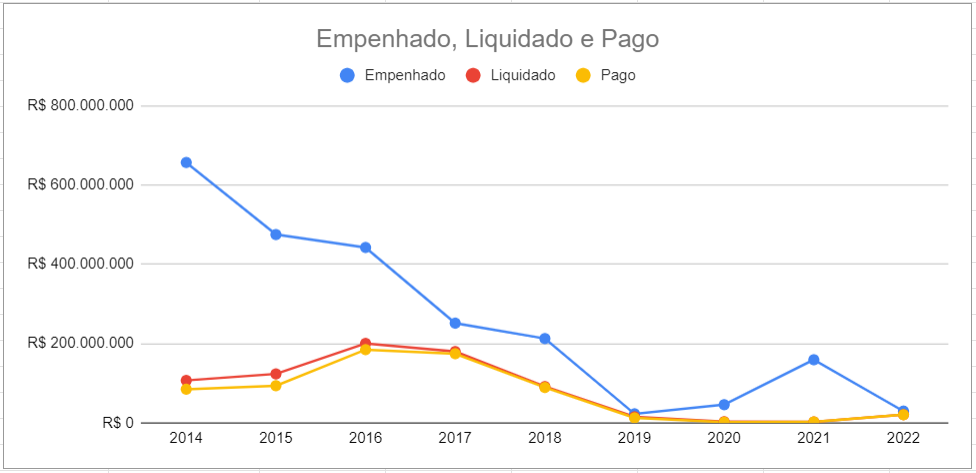
Assim, após a destituição da presidente Dilma Rousseff em 2016, observamos as evidências do desmonte da política de ATER, iniciando pela extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, no qual as ações voltadas para ATER se inseriram desde a década de 1990. Além disso, ficam suspensas as atividades de acompanhamento técnico às populações do campo, tendo em vista os contingenciamentos orçamentários. Segundo Leite (et al, 2023) três linhas de desmonte se apresentam após-2016: a) O desmonte das capacidades estatais do MDA, culminando com sua extinção; b) A fragilização das arenas públicas de participação da sociedade civil, via extinção dos conselhos de controle social; e c) A redução e o recuo das políticas públicas.

Assim, concluímos que a partir deste período as políticas de fortalecimento da agricultura familiar iniciam um ciclo de desmontes e ficam submetidas aos interesses do agronegócio. A culminância deste movimento iniciado em 2016 avança a partir de 2019, momento no qual Jair Bolsonaro assume a presidência da república. Neste cenário as políticas de ATER passam a compor o rol de ações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA/Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo - SAF), trazendo consequências financeiras e administrativas para este programa, além de estar subordinada às diretrizes dos setores ruralistas.

A pesquisa indica que o ajuste fiscal na ATER pode ser expresso na diminuição de recursos, nos contingenciamentos orçamentários, na diminuição da quantidade de metas no PPA 2016-2022, na execução de metas de períodos anteriores, bem como na execução de contratos de anos anteriores. Ou seja,não foram realizados novos investimentos na Extensão rural no período 2016-2022, resultando na paralisação parcial das ações de ATER no país.

Assim, a partir de 2017 observa-se redefinição de ações de ATER incluindo a estrutura dos governos estaduais (especialmente a Emater) conforme veremos a seguir. O período que compreende o PPA 2016-22 é marcado por uma fase na qual as chamadas públicas de ATER para organizações não governamentais (ONGS) são pausadas, em detrimento de contratação de entidades ligadas às organizações patronais da agricultura. Dessa forma, o ciclo de investimentos nas políticas de ATER 2014-2022 pode ser ilustrado conforme gráfico I.

GRÁFICO 1: Investimentos nas políticas de ATER (2014-2022)



Fonte: dados SIOP (2023).

Os dados indicam que há um declínio dos investimentos públicos de ATER entre 2014-2022, evidenciando uma política de ajuste fiscal continuada que atinge seu orçamento. Vale ressaltar que há um baixo investimento em ATER ao longo de todo período analisado, tendo em vista que o ano de 2014 marca o encerramento de um ciclo de expansão que iniciou em 2004. É saliente a baixa dos recursos nos anos de 2019, 2020 e 2021, com leve recuperação em 2022. Outra evidência do ajuste fiscal pode ser encontrada no desmonte das instâncias de controle social, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (CONDRAF). Este dado indica menos transparência na aplicação dos recursos públicos. Um dado novo se destaca na análise, qual seja, a substituição de concepções basilares dos PPAS 2012-2015 e 2016-2019, 2020-2022[[6]](#footnote-6) tais como Agricultores/as familiares, a qual foi substituída por uma concepção homogeneizadora de produtor e empreendedor rural, além de retomar uma antiga noção de classe média rural.

Um novo modelo de serviço de ATER é implementado a partir de 2019: Assistência Técnica Gerencial (ATEG), desenvolvido por meio de mecanismos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TICS). Constituem-se modalidades de atendimentos *on-line* de ATER, que podem, nas palavras governamentais, “agilizar” os atendimentos e diminuir custos com mão de obra de agentes de extensão rural, diminuindo gastos com salários, concursos e outras rubricas financeiras. Em nossa visão estas medidas ilustram que o ajuste fiscal, sob uma ótica de totalidade, se processa sob variadas estratégias econômicas, administrativas e também ideopolíticas. De forma geral, em âmbito nacional, a ATER - assim como as demais políticas de fortalecimento da agricultura familiar- sofre processos de descaracterização, fragilização e reconfiguração conforme atesta Leite et al( 2023, p. 399). Ou seja, “A partir desse momento, tanto as institucionalidades participativas quanto às políticas de fortalecimento da agricultura familiar passaram a sobreviver sob forte ataque de estratégias multidimensionais de desmonte de políticas”. Nesse sentido, o período estudado se consolida como uma fase de desinvestimentos em ATER em face das medidas de ajuste fiscal e do giro ultraliberal que atinge as políticas públicas pós 2016 com sérias repercussões para as populações do campo até 2022.

Dessa forma, no item a seguir trataremos de uma tendência de regionalização da ATER como estratégia de manutenção dos serviços, em face da redução dos recursos advindos da União a partir de 2016.

ATER NO RIO GRANDE DO NORTE: LIMITES E POSSIBILIDADES

Diante do quadro anterior apresentado -de ajuste fiscal e seus impactos nas políticas públicas rurais-, trazemos alguns dados da realidade do Rio Grande do Norte no que se refere a ATER, apontando limites e possibilidades no atual cenário. Conforme indicamos anteriormente, o período de corte de investimentos no financiamento da União sobre as políticas públicas rurais faz emergir um novo cenário: a maior participação dos governos estaduais no investimento em ATER através das Emater. Dessa forma, a partir de 2019, quando o ex-presidente Jair Bolsonaro assume o governo federal, uma série de medidas de política macroeconômica e fiscal alteram as políticas sociais, resultando em diminuição do financiamento. Em face disso, novas estratégias de gestão foram acionadas pelos governos estaduais, no sentido de manter alguns serviços públicos para a população.

Assim, em 2019 é criado o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (Consórcio Nordeste[[7]](#footnote-7)). Trata-se de uma iniciativa de gestão regional que envolve os nove estados da região, visando ser uma autarquia interfederativa e uma ferramenta de gestão, possibilitando compras governamentais, rede de serviços e parcerias no território nordestino. No âmbito do Consórcio-NE são criadas Câmaras Temáticas, dentre as quais destacamos a Câmara Técnica de Agricultura Familiar.

Durante os anos de 2020/2021 o Consórcio-NE atuou na compra de insumos e vacinas para o enfrentamento à crise sanitária detonada pela Covid-19. Assim, foi criado um Grupo de Trabalho para apresentar subsídios para estruturação da Rede Nordestina de Assistência Técnica e Extensão Rural (Rede ATER-NE) lançada durante a 1ª Feira Nordestina da Agricultura Familiar, em junho de 2022, em Natal-RN.

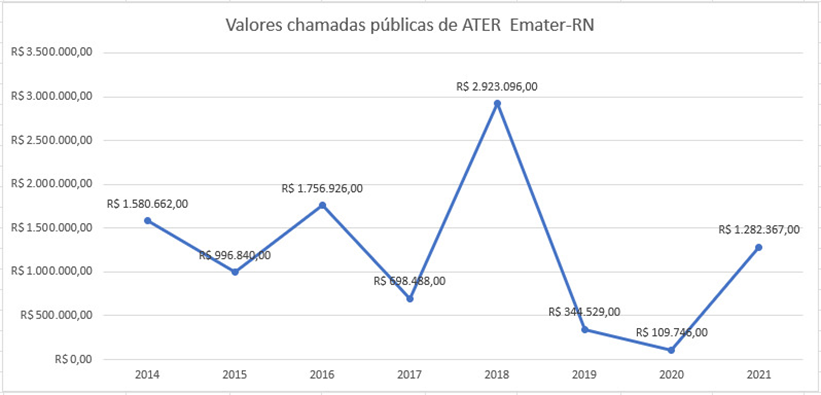
Um dos eixos centrais desta experiência tem sido o Programa de Alimentos Saudáveis do Nordeste (PAS-NE[[8]](#footnote-8)). Em tal processo a ATER tem fundamental participação como instrumento de dinamização das ações de segurança alimentar, através do acompanhamento junto aos agricultores (as) familiares do estado.

O Rio Grande do Norte tem demonstrado participação ativa no Consórcio, inclusive presidindo a Câmara Técnica de Agricultura Familiar desde o ato de sua instalação. Assim, A secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (SEDRAF) tem dirigido importantes iniciativas na política de agricultura familiar no estado[[9]](#footnote-9), inclusive com parceria com Emater-RN.

Segundo nosso levantamento a ATER é considerada, em nível estadual, um dos pilares centrais para a construção do desenvolvimento rural sustentável, com inclusão econômica, social e ambiental, para as famílias rurais do RN. Nesse sentido, foi criado no estado o Programa “Mais Ater RN[[10]](#footnote-10)” articulado em torno das ações do PECAFES (Programa Estadual de Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Economia Solidária), do Programa de Aquisição de Alimentos(PAA), do Programa Estadual de Sementes crioulas, do Programa Mais Mercados e do Programa Estadual de Forragem. As Fontes Orçamentárias para este programa foram asseguradas no Orçamento Geral do Estado (OGE), sob a competência da Sedraf na gestão financeira e executiva das ações.

Assim, no cenário institucional descrito observamos a forte atuação da Emater na execução de serviços de ATER, por meio das chamadas públicas, conforme destacado no Gráfico 2:

GRÁFICO 2: valores referentes à participação da Emater nas chamadas públicas de ATER no RN



Fonte: Emater 2022

Os dados indicam que no período analisado observamos investimentos de ATER no RN executada pela Emater em todo período analisado, embora haja oscilações de valores. É válido ressaltar que no RN existem entidades da sociedade civil que vem executando serviços de ATER há mais de duas décadas. No entanto, as mudanças na economia e na política alteram esse quadro, à medida que a Emater passa a executar ações de extensão rural a partir do modelo de chamadas públicas.

O gráfico mostra um momento atípico em termos de investimentos, que é o ano de 2018, marcado pelas eleições presidenciais e para governadores[[11]](#footnote-11)- o que pode ter contribuído para aumento de investimentos públicos em ATER. Conforme destacado anteriormente, até o ano de 2018 a ATER vinha sendo realizada majoritariamente por ONGs, mas a partir de 2019 a Emater vai aumentando sua participação nesse serviço, tendo em vista a paralisação das chamadas públicas com recursos da União. Apesar da queda em 2019 e 2020, há um aumento no ano de 2021 (em face das políticas de segurança alimentar estaduais)

Este quadro de redução orçamentária ocorre em outras regiões do país em face do aprofundamento do ajuste fiscal a partir de 2016. Neste cenário, a partir de 2019 a execução da política de ATER no RN se processa através de uma parceria entre SEDRAF e Emater. Esta última vem demonstrando significativa participação na agenda de extensão rural no estado e estabeleceu como eixos estratégicos os seguintes elementos: a) formação de agentes de ATER; b) agroecologia e convivência com o semiárido; c) acesso aos mercados pela agricultura familiar e fortalecimento institucional, em diálogo com servidores, servidoras e parceiros envolvidos.

Assim, desde 2019, a ATER no RN tem demonstrado relevância, sobretudo, como dinamizador dos processos que envolvem a segurança alimentar, a consolidação dos mercados, especialmente da agricultura familiar - não só no RN, mas articulado aos demais estados nordestinos, via Consórcio Nordeste. Assim, o RN e os governos da região afirmaram a ATER como serviço público, financiado e gerido pelo Estado com participação da sociedade civil na execução e no controle social.

Chamo atenção ao novo direcionamento dado a Emater na condução deste serviço, já que historicamente sua atuação foi na afirmação de uma extensão rural ultrapassada, hierarquizada e reprodutora de um modelo herdado da modernização conservadora. Atualmente a Emater RN se alinha a uma concepção de ATER agroecológica, participativa e voltada para a sustentabilidade.

Dessa forma, após um período de desinvestimento na ATER e de sua descaracterização e desmonte, outras possibilidades se colocam diante do cenário nacional, pós 2022, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva. Nesse sentido, são emblemáticas a retomada do protagonismo dos movimentos rurais e a (re)criação do novo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDAAF). No entanto, tanto a ATER como demais políticas rurais só serão implementadas com o enfrentamento às pressões dos setores do agronegócio brasileiro e, para isto, os pesquisadores do tema, as instituições que implementam a política e as populações atendidas precisam estar em articulação permanente em movimento de resistência e proposição.

CONCLUSÕES

O estudo do financiamento da política de Assistência e Extensão Rural (ATER) a partir dos Planos Plurianuais dos anos de 2012-2015 e 2016-2022 indicam evidências das medidas de austeridade fiscal implementadas no país, sobretudo, no período pós 2016.

Identificamos as múltiplas formas de desmonte das políticas rurais, seja na diminuição de recursos, nos contingenciamentos, na extinção do MDA, bem como no desmonte das instâncias de controle social e dos instrumentos de transparência nos recursos públicos voltados para ATER durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022).

Assim, o período estudado marca oscilações, contradições, desmontes e descaracterização da ATER. Diante do desinvestimento os dados indicam que a inclusão produtiva de populações pobres não foi realizada, bem como houve obstáculos à produção agroecológica por parte da União, evidenciando o desmonte. A descaracterização reside na substituição das concepções basilares agricultura familiar, adotando o termo produtor e empreendedor rural e atualizando a velha ideia de criação de uma classe média rural.

Entretanto, se no âmbito da União o movimento de desmonte é evidente, outras possibilidades se abrem no nível regional e local: a criação do Consórcio Nordeste e a importância da ATER como ferramenta do desenvolvimento sustentável. Dessa forma, novos programas são dinamizados no RN e em outros estados da região nordeste, tendo ATER (agroecológica e participativa) como motor de desenvolvimento da agricultura familiar e partícipe das ações de segurança alimentar. Nesse sentido, depois de um ciclo de desinvestimento na ATER e de sua descaracterização e desmonte, outras possibilidades se colocam diante do cenário nacional pós-2022. A recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDAAF) e a participação dos movimentos rurais configuram novas possibilidades de retomada de um ciclo próspero para a agricultura familiar.

Esta empreitada em defesa da ATER requer ampla mobilização dos movimentos rurais, dos pesquisadores, dos agentes de extensão rural e de todos os envolvidos nos processos de planejamento, implementação, acompanhamento e especialmente das populações beneficiárias deste serviço. A mobilização permanente é uma das estratégias de manutenção da ATER com qualidade, voltada para o fortalecimento da agricultura familiar e da segurança alimentar - tarefa desafiadora diante da pressão econômica e política do agronegócio no Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Lei 12.188, de 11 de janeiro de 2010 institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER. 2010

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012 -2015: Ano-base 2015. Volume I – Dimensão Estratégica. Brasília: MPOG. 2016

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.SISTEMA INTEGRADO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (SIOP). Disponível em: <https://siop.gov.br>. Acesso em: 20 de maio de 2023

DIESEL, V.; DIAS, M. M.; NEUMANN, P. S. A customização da Extensão Rural e suas implicações para o ensino. Revista Brasileira de Educação do Campo, [S. l.], v. 7, p. e 14800, 2022. DOI: 10.20873/uft.rbec.e14800. Disponível em: https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/14800. Acesso em: 21 jun. 2023.

LEITE, S. et al. Multidimensionalidade e heterogeneidade dos processos de desmonte de políticas públicas: a trajetória recente das políticas de fortalecimento da agricultura familiar no Brasil. In: Desmonte e reconfiguração das políticas públicas. (2016-2022) / Brasília: IPEA ; INCT/PPED, 2023.

RIO GRANDE DO NORTE. Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER.Demonstrativo de Arrecadação – Repasses do Tesouro Estadual, com convênios e arrecadação própria. junho. 2022.

1. Esta pesquisa possui financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (**CNPq**) cadastrada sob o processo de número 421644/2018-4 e encontra-se em andamento desde 2019. [↑](#footnote-ref-1)
2. Docente do Departamento de Serviço Social (UFRN), [eliana.silva@ufrn.br](mailto:eliana.silva@ufrn.br). [↑](#footnote-ref-2)
3. Graduandos em Serviço Social (UFRN), [lazaro.bandeira.701@ufrn.edu.br](mailto:lazaro.bandeira.701@ufrn.edu.br); [gizeli.herculano.702@ufrn.edu.br](mailto:gizeli.herculano.702@ufrn.edu.br). [↑](#footnote-ref-3)
4. Esta investigação é um desdobramento da pesquisa intitulada: “As implicações do ajuste fiscal na efetivação das políticas sociais, no agravamento da pobreza e na desigualdade social” (2014-2019). Trata-se de uma investigação interinstitucional desenvolvida entre UFRN- UFRGS. A metodologia da pesquisa compreendeu estudo bibliográfico, análise documental a partir dos Planos Plurianuais dos anos de 2014-2019, bem como Relatórios Anuais de Avaliação, Relatórios de gestão do Incra, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e da Agência Nacional de Extensão Rural (ANATER). Também foram extraídas informações da base de dados do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) do Ministério do Planejamento e Portal de Transparência do RN. [↑](#footnote-ref-4)
5. Assim, o presente artigo teve como objeto de análise o programa numero 2012- “Fortalecimento da Agricultura Familiar”- (subfunção número 606: Extensão Rural). Tal programa volta-se à implementação de políticas ligadas à democratização da terra, ao fortalecimento da agricultura familiar, à segurança alimentar e à promoção da igualdade de gênero. O referido programa possui 5 objetivos, mas para efeito deste estudo analisamos o objetivo 412. O critério de escolha foi a destinação de recursos para a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). [↑](#footnote-ref-5)
6. É preciso considerar que os anos de 2020-2022 são marcados pela crise sanitária mundial causada pelo Sars Covid-19. Foram mais de 700 mil mortes no país. Neste período em face do isolamento social várias atividades econômicas paralisaram. Diante deste quadro a agricultura familiar foi uma das responsáveis pelo enfrentamento à fome no RN através da articulação entre SEDRAF e Secretaria do Trabalho, Habitação e Assistência Social(SETHAS). [↑](#footnote-ref-6)
7. Tem como missão: Promover a articulação de um projeto estratégico para a região Nordeste, com aproveitamento do potencial socioeconômico, a criação e implantação de políticas públicas e projetos integradores, estruturantes e inovadores, que contribuam para o combate às desigualdades e para o desenvolvimento sustentável da região. [↑](#footnote-ref-7)
8. Instituído no âmbito do Consórcio Nordeste por meio da Resolução nº 09, de 31 de julho de 2020, o qual apresenta dentre seus eixos de atuação: I. a aquisição de alimentos saudáveis, por meio de mecanismos de articulação das compras públicas estaduais de alimentos oriundos da agricultura familiar, da biodiversidade e da pesca artesanal. [↑](#footnote-ref-8)
9. Conforme dados coletados através do portal de Transparência identificamos que a ATER encontra-se no PROGRAMA 1704: APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR, particularmente no âmbito da ação orçamentárianúmero“17620 - Assistência Técnica ao Agronegócio da Agricultura Familiar”. Este programa objetiva**:** Fortalecer a agricultura familiar, através de um conjunto de ações implementadas em parceria com entes privados e públicos. [↑](#footnote-ref-9)
10. São objetivos do Programa de Ater no RN: a) Construção participativa da Política e Plano Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural do RN; b) Fortalecimento institucional da Emater-RN; c) Ampliação da oferta de Ater para a agricultura familiar, através de Chamadas Pública. [↑](#footnote-ref-10)
11. Vale ressaltar que é um período marcado por vários governos e apresenta diferenças político administrativas significativas. Entre os anos 2011-2015 a governadora foi Rosalba Ciarlini (partido União Brasil); entre 2015-2018 o governador do RN foi Robinson Faria (filiado ao Partido Liberal). No ano de 2019 a senadora Fátima Bezerra (Partido dos Trabalhadores) é eleita para o governo; em 2022 é reeleita para mais um mandato eletivo. [↑](#footnote-ref-11)